

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA
COMISSÃO REGIONAL DE SOLUÇÕES FUNDIÁRIAS
ATA DE REUNIÃO Nº 01

DATA: 12/04/2024

HORÁRIO: 14:30

LOCAL: Videoconferência - Lifesize (<https://guest.lifesizecloud.com/21640309>)

Pauta:

Item 1: Apresentação dos trabalhos;

Item 2: Regimento Interno da Comissão;

Item 3: Oficina promovida pelo CNJ e

Item 4: O que ocorrer

—

Às 14h35min do dia 12 de junho de 2024, reuniram-se os Drs. (as) **CLÁUDIO CÉSARE BRAGA PEREIRA, BENÍCIO MASCARENHAS NETO, MARIA VERÔNICA RAMIRO, MARIA CRISTINA LADEIA DE SOUZA, PATRÍCIA DIDIER DE MORAIS PEREIRA, FERNANDA KARINA VASCONCELLOS, ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA NETO, INDIRA FÁBIA DOS SANTOS MEIRELES,** a fim de discutirem a pauta do dia. O Desembargador **CLÁUDIO CÉSARE BRAGA PEREIRA** presidiu a reunião, tendo sido secretariado pela Dra. **MARIA CRISTINA LADEIA DE SOUZA,** que leu a pauta do dia. O presidente iniciou a abertura dos trabalhos pontuando que a atuação da comissão abrange a totalidade do Estado da Bahia, tendo conhecimento de pedido de atuação em Teixeira de Freitas, Lauro de Freitas e Formosa do Rio Preto. Destacou que para o desenvolvimento dos trabalhos, muitas vezes é necessário ir a campo, se tornando algo muito trabalhoso. Ressaltou a voluntariedade dos membros em fazerem parte da equipe. Ressaltou que dentre as tarefas iniciais, a que mais está sendo cobrada pelo CNJ é a definição de um regimento interno para a comissão, pelo que pretende estabelecer cronograma para sua aprovação para até julho/2024. Seguiu sugerindo que a relatoria do regimento interno da comissão ficasse sob a responsabilidade de Dra. Verônica, a qual aceitou o encargo. Ato contínuo pontuou que no passado não havia regimento, então não havia organização no funcionamento da comissão, pelo que não possui levantamento de quantas demandas existem pendentes para resolver. Sugeriu a criação de um grupo de trabalho para levantamento de todos os casos pendentes. Em seguida, apresentou fluxograma dos procedimentos a serem adotados pela comissão e nomeou Dr. Benício como responsável pela criação de formulário de intervenção da comissão.

Destacou as três primeiras atividades a serem observadas pela comissão: Regimento, formulário de intervenção e levantamento dos processos. Esclareceu que será criada unidade para a Comissão no SIGA, onde todos os processos deverão tramitar, informando da existência da possibilidade de ter um pje para comissão, quando não será mais necessário a utilização do formulário. Seguiu destacando que o funcionamento da comissão se dará através de provocação da parte, juiz ou desembargador, que solicitará a sua intervenção, não sendo possível a atuação de ofício. Destacou que a comissão terá um juiz responsável pela análise da competência da comissão em cada caso concreto. Pontuou dentre as atividades a serem desempenhadas a interlocução com juiz, visita técnica, relatório de visita técnica. Dra. Patrícia questionou a possibilidade de usar o sistema de perícia do Tribunal, sendo respondida pelo presidente que a comissão não tem função judicante, sendo meramente opinativa, facilitadora, que a ideia é de que tenhamos um rol de colaboradores, criar rede de "ajudantes". Dra. Fernanda solicitou esclarecimento sobre a forma de atuação da comissão dando exemplo de Camaçari, ao que foi respondida pelo presidente que a comissão só irá atuar por provocação, se a parte solicitar a participação da comissão, antes da comissão atuar deverá ouvir o juiz, que a comissão está para colaborar, sendo feita visita técnica para coletar o máximo de informações possíveis para auxiliar o julgamento dele, não tendo qualquer interferência no julgamento. Dra. Indira pontuou que mesmo na condição de suplente encontra-se disposta a ajudar e que a comissão fundiária é uma das mais importantes do tribunal e possui como função essencial tentar resolver os processos com pacificação verdadeira, onde todos os envolvidos tenham os seus direitos resguardados. O presidente seguiu informando que recebeu da presidente do tribunal o relatório de atividades da comissão anterior com 7 procedimentos, mas que só localizou 1. Solicitou voluntário para visita técnica em Lauro de Freitas, se voluntariando Dr. Benício, que ficou ciente da necessidade de procurá-lo para agendamento do dia da visita para informação ao CNJ. O presidente chamou atenção ainda para a necessidade de se monitorar para que ninguém que eventualmente corra o risco de atuar jurisdicionalmente no processo vá realizar a visita técnica, evitando impedimento de atuação jurisdicional. Em seguimento a reunião, o presidente informou a necessidade de indicação de 2 (dois) juízes da comissão para participarem da Oficina no CNJ em Brasília nos dias 27 e 28/06, se voluntariando Dra. Verônica e Dra. Patricia. Dr. Antonio solicitou a palavra e informou que está como suplente e gostaria de saber como será sua atuação. O presidente em resposta informou que convocará suplentes para algumas atividades quando não houver disponibilidade de titular. Dra. Indira pontuou a existência de muito trabalho importante e específico para a comissão,

destacando a necessidade de conciliação das demandas habituais com as da comissão. O presidente então exemplificou que para visitas em Cocos seria pela menos uma semana de trabalho *in loco*, sendo necessário a colaboração de todos os membros da comissão, podendo ser utilizado revezamento nas visitas. Em resposta a Dra. Patrícia o presidente informou que o e-mail da comissão já foi criado. Dra. Fernanda questionou sobre a análise de pertinência do pedido de atuação da comissão, para que a mesma não seja substituto da corregedoria. O presidente respondeu que ao juiz requerer a intervenção da comissão, o pedido deverá seguir para o relator que analisará se está nas competências da comissão, e que poderá existir sistema de sorteio para a relatoria dos pedidos, que a demanda que chegar pela parte, se entender que é caso será necessário ouvir o juiz sobre o pedido. Falou ainda sobre a necessidade de apresentar o regimento ao tribunal, definir as hipóteses de atuação da comissão, e se for o caso aprecia, se não for descarta. O presidente ressaltou ainda que a SETIM já realizou a criação do e-mail e que a ASCON está cuidando da criação do site, a partir de agora somente serão aceitas as solicitações vindas do site, e assim resolve-se a porta de entrada. Dra. Fernanda sugeriu que o formulário só fosse criado após a aprovação do Regimento, ao que o presidente informou ser desnecessário aguardar a aprovação do regimento vez que no curso do procedimento pode ir adaptando. Dra. Patrícia ressaltou a necessidade de criação de senha master para localização dos processos e documentos. O presidente seguiu destacando a necessidade de documentação e de padronização do atendimento para organização e controle. Destacou ainda que a ASCON laçará aviso aos juízes e sociedade em geral sobre as instruções de requerimento de intervenção da comissão. Dr. Benício solicitou a palavra e questionou sobre o formulário de pedido de intervenção, se seria entregue na próxima reunião ou no gabinete do presidente, ao que o presidente destacou que na próxima reunião já se tenha a minuta do formulário. Dra. Patrícia sugeriu a utilização do e-mail da comissão para fazer o formulário através do Google Forms. Dr. Benício no uso da palavra questionou se a comissão trabalharia com divisão por regiões, e se fosse possível preferia ficar com a região Sul. Em resposta o presidente informou que nunca foi implementado na lei de organização judiciária as varas já criadas e não instaladas de conflitos agrários, não se tendo definição sobre quais seriam as áreas de cada região, pontuou ainda que em reunião com o SEPLAN foi conversado sobre dividir o estado em 6 regiões para que no futuro sejam instaladas nestas varas CEJUSCs fundiários para dar um respaldo e apoio à comissão, ter cadastrado esta rede, uma das recomendações do CNJ para o auxílio da comissão. Dra. Indira informou que no TO usam o SEI e considerando que a comissão vai ter contato com outros órgãos pode ser uma saída, para operacionalização do que a comissão

precisará praticar. Dra. Patrícia informou que no Pará boa parte das visitas técnicas são feitas com auxílio da Universidade do Pará. De volta com a palavra o presidente informou que esta primeira reunião foi marcada por videoconferência para facilitar o acesso a todos, e questionou a melhor data para a próxima reunião, sendo definida a data de 19/06/2024 às 14h30, na mesma sala virtual. Sendo o que havia para o momento, deu-se por encerrada a reunião às 15h:45min e, para constar, eu, MARIA CRISTINA LADEIA DE SOUZA, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelos demais participantes. Salvador, 12 de junho de 2024.

CLAUDIO CESARE BRAGA
PEREIRA:2049821

Assinado de forma digital por CLAUDIO
CESARE BRAGA PEREIRA:2049821
Dados: 2024.06.26 09:23:12 -03'00'

CLÁUDIO CÉSARE BRAGA PEREIRA

Presidente

MARIA CRISTINA LADEIA DE
SOUZA:16629027515

Assinado de forma digital por MARIA
CRISTINA LADEIA DE SOUZA:16629027515
Dados: 2024.06.12 19:32:46 -03'00'

MARIA CRISTINA LADEIA DE SOUZA

Secretária

Documento assinado digitalmente



BENICIO MASCARENHAS NETO
Data: 13/06/2024 14:33:32-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

BENÍCIO MASCARENHAS NETO

MARIA VERONICA
MOREIRA
RAMIRO:39133095515

Assinado de forma digital por
MARIA VERONICA MOREIRA
RAMIRO:39133095515
Dados: 2024.06.14 09:46:54 -03'00'

MARIA VERÔNICA RAMIRO

PATRICIA DIDIER DE
MORAIS PEREIRA:8067643

Assinado de forma digital por
PATRICIA DIDIER DE MORAIS
PEREIRA:8067643
Dados: 2024.06.15 10:33:44 -03'00'

PATRÍCIA DIDIER DE MORAIS PEREIRA

FERNANDA KARINA
VASCONCELLOS
SIMARO:8088187

Assinado de forma digital por
FERNANDA KARINA VASCONCELLOS
SIMARO:8088187
Dados: 2024.06.18 10:11:27 -03'00'

FERNANDA KARINA VASCONCELLOS

Documento assinado digitalmente



ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA NETO
Data: 05/07/2024 21:23:10-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA NETO

INDIRA FABIA DOS
SANTOS
MEIRELES:8067554

Assinado de forma digital por
INDIRA FABIA DOS SANTOS
MEIRELES:8067554
Dados: 2024.06.28 09:41:12 -03'00'

INDIRA FÁBIA DOS SANTOS MEIRELES